



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de maio de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações

2. Apreciação e votação da Ata n.º 29, relativa ao dia 11 de maio de 2016

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 551/XII/4ª - «Preendem a organização dos cuidados de saúde no Médio Tejo» - Relatora: Deputada Idália Serrão

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 51/XIII/1ª, «Pela equidade no acesso ao rastreio, diagnóstico e tratamento das mulheres com cancro da mama» - Relator: Deputado Luis Vales

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 143/XIII (BE) - «Alargamento da cobertura e equidade territorial no acesso a rastreios de doenças oncológicas de base populacional»; do Projeto de Resolução n.º 191/XIII (PEV) - «Plano Estratégico para a implementação do rastreio organizado e de base populacional nas áreas do cancro do cólon e reto, do cancro do colo do útero, do cancro da mama e da retinopatia diabética» e do Projeto de Resolução n.º 255/XIII (PAN) - «Recomenda ao Governo que implemente um plano de rastreio ao cancro colo-rectal e que, enquanto medida preventiva, proceda à criação de um plano de sensibilização da população»

6. Texto único relativo aos PJR's n.ºs 138/XIII/1ª (PCP) e 253/XIII/1ª (BE), sobre o Centro Hospitalar do Médio Tejo (discutidos em Comissão a 27 de abril), que baixaram à Comissão sem votação, por um período de 15 dias

7. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, do PJP N.º 230/XIII/1ª - «Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde»

8. Outros assuntos

10:45 Audição da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva, indigitada para Presidente do Conselho de Administração da ERS, ao abrigo do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

1. Informações

O Presidente informou que o Ministro da Saúde solicitou o adiamento da 4.ª audição regimental, prevista para 22 de junho, propondo o seu reagendamento para o início de Setembro.

As Deputadas Teresa Caeiro e Ângela Guerra manifestaram o seu desacordo com um adiamento para setembro, pensando que a audição deveria ocorrer então no princípio de julho, e os Deputados Carla Cruz e António Sales disseram estar disponíveis para aceitar o reagendamento proposto.

Foi deliberado enviar um ofício ao Ministro da Saúde, pedindo a indicação dos fundamentos para este adiamento para setembro, para se compreenderem os motivos do pedido.

A redação final relativa ao PJR n.º 263/XIII (PSD) – *«Por um SNS sustentável, com cuidados de saúde de qualidade e equidade no acesso, melhor promoção da saúde e mais prevenção das doenças»*, foi fixada por acordo entre todos, com as sugestões de redação final feitas através da Informação 70/DAPLEN.

O Presidente deu conta de ter recebido o Dr. João Condeixa, da Janssen, para explicar uma iniciativa, que já foi realizada no Parlamento Europeu, que consiste na simulação de um parlamento da Saúde, com a duração de 7 meses, para a qual gostariam de contar com a AR como parceiro institucional, e que incluiria dois dias de sessões na AR, um em janeiro, outro em junho, tendo o PAR pedido a pronúncia da Comissão. O Presidente disse que a iniciativa tem mérito, mas que a Janssen deveria fazer prova de que tem outros parceiros institucionais, salientando que, nas sessões que tivessem lugar na AR, não poderia usar referências a empresas.

Foi também pedida pelo PAR a pronúncia da Comissão relativamente ao evento proposto pela Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), no qual pretende usar o logotipo da AR, e que corresponde ao III Congresso Nacional Político, a realizar na Sala do Senado nos dias 29 (sábado) e 30 (domingo) de outubro. O Presidente considera que, tratando-se de um congresso político de uma associação de estudantes, não tem cabimento no Parlamento, mas antes em instalações universitárias.

A questão foi objeto de debate, não se chegando a um consenso, concluindo o Presidente que o parecer a enviar ao PAR falará do mérito das iniciativas, usando o mesmo critério para ambas.

Finalmente o Presidente informou ter recebido em audiência a Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, Dr.ª Ana Paula Martins, que apresentou as linhas gerais do mandato que agora iniciou e que ficou de enviar um documento que será distribuído a todos os Deputados.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

2. Apreciação e votação da Ata n.º 29, relativa ao dia 11 de maio de 2016

A Ata n.º 29, relativa ao dia 11 de maio, foi aprovada por unanimidade.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 551/XII/4ª - «*Pretendem a organização dos cuidados de saúde no Médio Tejo*» - Relatora: Deputada Idália Serrão

Este ponto da ordem do dia foi adiado.

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 51/XIII/1ª, «*Pela equidade no acesso ao rastreio, diagnóstico e tratamento das mulheres com cancro da mama*» - Relator: Deputado Luís Vales

O Deputado Luís Vales apresentou o Relatório Final relativo à Petição n.º 51/XIII/1.ª, aludindo ao seu objeto, procedendo à sua análise, dando conta das diligências efetuadas pela Comissão, ou seja, pedido de informação ao Ministro, que não obteve resposta, e audição dos peticionários. Manifestou a sua opinião, enquanto Relator, considerando que as questões suscitadas se revestem da maior importância, que é necessário apostar cada vez mais na prevenção e deteção precoce e que é inquietante a referência da Liga Portuguesa Contra o Cancro à «*inacessibilidade de medicamentos inovadores no tratamento hospitalar*». Concluiu dizendo que a Petição reúne os requisitos para ser apreciada em plenário, uma vez que tem 27 505 subscritores, devendo o Relatório ser remetido ao PAR e aos peticionários.

O Deputado António Sales referiu ter sido publicado um diploma que prevê que as ARS promovam rastreios nas suas áreas geográficas e também iniciativas para melhorar a adesão da população ao rastreio. Disse não ter conhecimento da inacessibilidade a medicamentos inovadores, mas que essa questão já virá do passado. Considera que a Petição está em condições de ser discutida em plenário.

A Deputada Teresa Caeiro saudou o Relator e disse que esta Petição é bem-vinda, pois os rastreios sistemáticos são extraordinariamente importantes, tendo de haver acesso generalizado por parte da população. Desconhecia a dificuldade de acesso aos medicamentos inovadores, questão que deve ser estudada.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Relator, salientando que os problemas que o tema suscita estão vertidos no Relatório, sendo importante avaliar se o diploma tem tido aplicação e se existe problema no acesso a medicamentos inovadores. A Liga fez uma sugestão no sentido de ser criado um Grupo de Trabalho para acompanhar esta temática, e o BE está aberto a essa sugestão. Acompanhará o Relatório, que é factual e reflete as preocupações dos peticionários.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Carla Cruz salientou que a questão da dificuldade de acesso aos medicamentos inovadores não é nova e que há que questionar o Governo sobre isso. Considera que todos os doentes têm de ter medicação adequada, desde que seja reconhecida a sua valia, pois nem tudo o que é inovador está cientificamente reconhecido como sendo eficaz. Votará favoravelmente o Relatório.

O Deputado Luís Vales agradeceu as palavras e acrescentou que a Comissão poderá eventualmente criar o Grupo de Trabalho proposto pela Liga.

O Relatório Final da petição n.º 51/XIII/1.ª foi aprovado por unanimidade.

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 143/XIII (BE) - «Alargamento da cobertura e equidade territorial no acesso a rastreios de doenças oncológicas de base populacional»; do Projeto de Resolução n.º 191/XIII (PEV) - «Plano Estratégico para a implementação do rastreio organizado e de base populacional nas áreas do cancro do cólon e reto, do cancro do colo do útero, do cancro da mama e da retinopatia diabética» e do Projeto de Resolução n.º 255/XIII (PAN) - «Recomenda ao Governo que implemente um plano de rastreio ao cancro colo-rectal e que, enquanto medida preventiva, proceda à criação de um plano de sensibilização da população»

O Presidente disse ter sido recebido, e enviado a todos, o texto de fusão dos Projetos de Resolução n.ºs 143/XIII/1.ª BE, 191/XIII/1.ª PEV e 255/XIII/1.ª PAN, sobre rastreios de doenças oncológicas, elaborado pelos Grupos Parlamentares subscritores. Assim, com este texto único, foi fixada a redação final dos três Projetos de Resolução, que não teve a oposição de nenhum dos Grupos Parlamentares presentes.

6. Texto único relativo aos PJR's n.ºs 138/XIII/1ª (PCP) e 253/XIII/1ª (BE), sobre o Centro Hospitalar do Médio Tejo (discutidos em Comissão a 27 de abril), que baixaram à Comissão sem votação, por um período de 15 dias

A Deputada Carla Cruz informou não ter sido possível chegar a um texto único para os dois projetos de resolução, não tanto pela parte resolutiva, mas mais pela preambular, propondo que sejam ambos enviados para plenário para votação.

O Deputado Moisés Ferreira referiu também a tentativa de fusão de textos, que não foi possível concluir, concordando com o envio dos dois projetos para plenário, para votação.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

7. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, do P JL N.º 230/XIII/1ª - «Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde»

O P JL n.º 230/XIII/1.ª, do PCP, foi distribuído ao PSD, para efeitos de elaboração de Parecer, que indicará posteriormente o Relator.

10:45 Audição da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva, indigitada para Presidente do Conselho de Administração da ERS, ao abrigo do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto

O Presidente deu as boas vindas à Dr.ª Sofia Soares da Silva, que foi indigitada pelo Governo para Presidente do Conselho de Administração da ERS, e cuja audição pela Comissão constitui uma obrigação legal, com base no artigo 17.º da Lei n.º 67/2013 de 28 de agosto. Referiu que a audição se iniciaria com uma intervenção inicial da indigitada, caso assim o entendesse, de cerca de 5 minutos, seguindo-se as intervenções dos Grupos Parlamentares, de 3 minutos, com uma resposta conjunta por igual tempo.

A Dr.ª Sofia Soares da Silva fez uma breve intervenção inicial, falando do seu percurso académico e profissional, explicando que sempre teve interesse pela temática da saúde, tendo criado e ajustado opiniões ao longo do tempo. Foi convidada para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração, cargo que exige lealdade institucional e que sejam seguidas as orientações, já que a ERS aplica a política de saúde, não a gera, embora tenha obrigação de criar conhecimento para a influenciar.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados:

A Deputada Fátima Ramos deu as boas vindas, salientou o bom currículo académico e profissional da indigitada, que tem trabalhado na área da investigação da saúde e demonstra sensibilidade social. Pensa que a ERS tem feito um trabalho meritório, que poderá ainda ser melhor, perguntando como vê a articulação entre o setor público, privado e social; como encara a ligação entre os vários agentes e que posição tem quanto às parcerias público-privadas; como vem observando a sustentabilidade do SNS e o que fazer para diminuir as discrepâncias no acesso à saúde, em função das áreas geográficas; e até que ponto será possível melhorar os cuidados primários, por exemplo na questão da atribuição de médicos de família.

O Deputado Luís Graça cumprimentou a indigitada e disse não ter dúvidas quanto ao seu mérito e preparação, destacando o papel cívico que desenvolveu ao longo de anos. Perguntou como vê a relação entre a oferta privada e o SNS e como deve ser regulada; que visão tem quanto à proteção



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

dos utentes contra a publicidade agressiva; se considera que seria útil elaborar um estudo sobre o acompanhamento dos utentes no âmbito do SIGIC e também quanto à ADSE; e como vê o Estado no seu papel de financiador e ao mesmo tempo de prestador de serviços.

O Deputado Moisés Ferreira perguntou quais são as principais linhas de orientação da ERS, que problemas considera mais importantes e em quais pensa intervir prioritariamente. Colocou questões sobre como proteger os utentes em relação à publicidade agressiva e enganosa; sobre o grau de aceitação e as consequências das deliberações tomadas pela ERS; e sobre o efeito da concorrência do setor privado com o setor público na área da saúde e do financiamento do privado pelo público, perguntando se tenciona fazer um estudo sobre esta última questão.

A Deputada Carla Cruz disse que o currículo da indigitada fala por si, perguntando o que pensa sobre a transferência, muito agravada nos últimos anos, de cuidados de saúde do público para o privado; como pretende atuar, designadamente no âmbito da fiscalização; como se poderá garantir a consulta a tempo e horas; como exerce a ERS a sua competência quanto ao licenciamento e regulação dos estabelecimentos de saúde e ainda outras questões de natureza financeira, como sejam, que benefícios têm os profissionais, que decorram do pagamento de taxas à ERS, e como são utilizadas essas verbas.

A Dr.ª Sofia Soares da Silva respondeu às questões colocadas, salientando que a ERS tem tido um trabalho relevante nos últimos anos, mas que é sempre possível fazer mais e melhor, estando agora num ponto de viragem. Acredita que as deliberações da ERS têm impacto e que é uma mais-valia que a Entidade Reguladora tenha acesso às queixas feitas em todo o sistema de saúde, porque isso permite identificar tendências e problemas e tentar corrigi-los. Pensa que mesmo entre os profissionais de saúde há um certo desconhecimento sobre o papel da ERS, havendo trabalho a fazer no sentido da informação/divulgação. Considera que Portugal, tendo um modelo integrado, em que o Estado é financiador e também prestador de serviços, precisa de um regulador forte, sendo fundamental que a ERS o exerça com eficácia. Há muito a fazer na área da qualidade, para que o utente possa tomar decisões informadas, e é à ERS que cabe o papel de criar essa informação com qualidade. A ERS tem em curso um estudo sobre parcerias público-privadas e sobre a ADSE, que não conhece ainda. Considera preocupante a publicidade agressiva e enganosa, mas é difícil a intervenção neste setor, que está para além da esfera de competências da ERS, pois cabe também ao Instituto de Seguros, à ASAE e a outras entidades, havendo áreas nebulosas, pelo que se torna necessário clarificar competências. A defesa dos utentes é o centro para quem trabalha no setor da saúde e também da ERS, sendo as queixas uma fonte importante de informação. Quanto aos estudos, a ERS deve ser proactiva, elaborando uns a pedido das



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

entidades competentes e outros que serão de sua iniciativa. Em relação ao papel do Estado enquanto financiador e prestador de serviços, pensa que o modelo português não foi concebido como um modelo de mercado, pelo que a liberdade de escolha não foi princípio do SNS, e que o alargamento desta liberdade de escolha, que se tem verificado noutros países, implica um aumento de custos.

O Presidente agradeceu à Dr.ª Sofia Soares da Silva as explicações e esclarecimentos prestados, tendo a reunião sido encerrada às 12:10 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação ser acedida através do seguinte *link*:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160518_2.mp3

Palácio de São Bento, 18 maio 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 30/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto
Luísa Salgueiro
Miguel Santos